



7 • Correio Braziliense — Brasília, terça-feira, 23 de setembro de 2025

Bolsas Na segunda-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Dólar Na segunda-feira	Salário mínimo Últimos	Euro Comercial, venda na segunda-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
0,52% São Paulo	145.594 17/9 18/9 19/9 22/9	R\$ 5,338 (+ 0,32%)	16/setembro 5,298 17/setembro 5,301 18/setembro 5,319 19/setembro 5,320	R\$ 6,299	14,90%	14,90%	Abril/2025 0,43 Maio/2025 0,26 Junho/2025 0,24 Julho/2025 0,26 Agosto/2025 -0,11

ESCÂNDALO DO INSS / Rubens Oliveira Costa, apontado por parlamentares como “testa de ferro” do Careca do INSS, recusa-se a responder diversos questionamentos e deixa a comissão sob clima de tensão e risco de prisão

Parlamentares pedem prisão de depoente na CPMI

» VANILSON OLIVEIRA

O empresário Rubens Oliveira Costa, ligado a empresas investigadas por fraudes bilionárias contra aposentados e pensionistas, foi ouvido ontem na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do INSS, que apura a fraude contra aposentados e pensionistas. Durante a sessão, ele se recusou a responder boa parte dos questionamentos, foi acusado pelo relator Alfredo Gaspar (União-AL) de mentir à comissão e recebeu notificação de pedido de prisão preventiva.

Em vários momentos da audiência, Rubens apresentou respostas evasivas ou preferiu se resguardar pelo habeas corpus que lhe permite o silêncio em perguntas que poderiam incriminá-lo. Demonstra visível nervosismo, com expressões faciais constantes, enquanto parlamentares expunham documentos e dados que indicariam sua ligação com movimentações financeiras suspeitas.

O relator apresentou registros de contas que, segundo a investigação, ligam Rubens a empresas de fachada e a operações em benefício de Antônio Carlos Camilo Antunes, o “Careca do INSS”. “Está aqui que o senhor repassou por moto próprio R\$ 100 mil para o

filho do diretor de benefícios. Isso é documento, não sou eu que estou inventando”, afirmou o deputado. Rubens negou a operação.

Outro questionamento envolveu a compra de um imóvel pela Vênus Consultoria em agosto de 2024. Rubens disse que a transação ocorreu por transferência bancária, mas não soube detalhar valores nem a entidade responsável. Ele também confirmou ter feito um curso de criptomoedas em 2023, mas negou aplicar recursos ou ter visto o “Careca” envolvido nesse tipo de operação.

O relator ainda confrontou o depoente sobre movimentações em espécie que teriam ultrapassado R\$ 3 milhões. “Há imagens de câmera no banco mostrando o senhor retirando valores no caixa. O senhor provisionava, provisionava para retirar. Pode descrever cada etapa desses provisionamentos?”, questionou Alfredo Gaspar. Rubens respondeu que atuava apenas de forma administrativa e não como operador financeiro, mas foi novamente contestado pelo parlamentar.

As investigações também apontam para operações com debêntures que teriam alcançado R\$ 49 milhões. Pressionado, Rubens admitiu ter feito transferências, mas alegou não compreender o mecanismo. “O senhor Antônio mandava fazer os repasses e recebia certificados em troca”, declarou.

Waldemir Barreto/Agência Senado



Na sessão presidida pelo senador Viana, foram feitos vários pedidos para que fosse feita voz de prisão de Rubens

No início da oitava, Rubens leu um comunicado de sua defesa, negando ter sido sócio de empresas

ligadas ao esquema. Disse que atuou apenas como administrador financeiro, recebendo salário

e gratificações pontuais, e que não possui patrimônio expressivo além de uma composição de R\$ 300 mil,

bloqueada pela Justiça Federal.

O empresário se recusou a responder importantes questionamentos sempre dizendo que “preferia não responder porque poderia se incriminar”. Ele demonstrava nervosismo, durante todo o depoimento, o que se percebia, por seus movimentos faciais.

Após tantas negativas, o relator da CPMI solicitou a prisão preventiva de Rubens Oliveira Costa. Durante a sessão, Gaspar afirmou que as investigações revelam movimentações bilionárias em contas de empresas associadas ao depoente, envolvendo ainda pessoas próximas a dirigentes do instituto. Duarte Júnior (PSB-AM), acusou o empresário de mentir reiteradamente e também pediu a prisão do empresário.

O deputado Coronel Chrisóstomo (PL-RO) afirmou que o depoimento foi marcado por contradições e pode resultar em prisão. “Ele se atrapalhou na questão dos repasses de valores para outras instituições, de muitos milhões. Primeiro negou, depois afirmou. Isso mostra que ele está se comprometendo a cada fala”, disse. Para o parlamentar, Rubens é “testa de ferro” de Antônio Carlos Camilo Antunes. “Ou ele entrega o Careca de verdade para se livrar, ou vai ser preso”, concluiu.

Até o fechamento desta edição, o presidente da comissão não havia decidido se daria voz de prisão.

» Entrevista | **DUARTE JR** | VICE-PRESIDENTE DA CPMI DO INSS

“A CPMI está se encarregando de encaixar as peças”

» CAETANO YAMAMOTO*

As pautas do Congresso Nacional, como a PEC da Blindagem e o Projeto de Lei da anistia para os golpistas do dia 8 de Janeiro, foram alguns dos assuntos aprofundados pelo deputado Duarte Jr (PSB-MA) na edição de ontem do programa CB.Poder — uma parceria do Correio com a TV Brasília. Vice-presidente da CPMI do INSS, o parlamentar também trouxe a sua visão sobre o andamento dos trabalhos. A seguir, trechos da conversa com as jornalistas Denise Rothenburg e Adriana Bernardes.

As pessoas foram às ruas protestar contra a PEC da Blindagem. Qual é a avaliação do senhor?

Eu tenho certeza de que essa PEC está enterrada. Acabou. Não vai passar, não será aprovada. O Senado vai rejeitar quase que por unanimidade essa PEC, por uma razão clara e objetiva, porque as pessoas acordaram, as pessoas reivindicaram, como diz o parágrafo único do artigo primeiro da Constituição Federal de 88, o poder emana do povo. Então, as pessoas foram às ruas por todo o Brasil, reivindicaram, criticaram, colocaram cartazes com a cara daqueles deputados que votaram a favor dessa PEC, que já batizaram de outros nomes. Não como PEC da blindagem, mas PEC da bandagem, PEC da imoralidade. É uma PEC completamente absurda. E

aqui, para que as pessoas possam compreender, não é uma questão de direita e esquerda, é uma questão de ter respeito às pessoas ou não, não é uma questão de quem é do PL, quem defende o Bolsonaro, quem é bolsonarista querendo uma proteção por uma suposta perseguição do Supremo.

Mesmo com uma pesquisa mostrando 53% de rejeição à PEC, a Câmara votou maciçamente, integrantes de quase todos os partidos com votos favoráveis. O que explica?

Explica que alguns parlamentares vivem no multiverso, no mundo paralelo. Brasília é uma cidade, é um local encantador. Que se você não se der conta, você esquece a realidade de onde você veio. Eu vim aqui para receber, para representar o Maranhão, representar os maranhenses, lutar para defender as pessoas com deficiência, os consumidores, o combate à corrupção. Então, essas conversas, por vezes, conversas de líderes, conversas de dirigentes partidários, elas acabam esquecendo o calor das vozes roucas que vêm das ruas. Então, eu não tenho dúvida ao afirmar que o interesse em pautar essa proposta da forma como ela foi concebida com a forma como ela tá escrita é ignorar totalmente o interesse público. Não se tem como esperar que as pessoas reagissem diferente do que elas reagiram, porque a proposta é totalmente absurda.

Foi medo das investigações em cima das emendas que levou a

Bruna Gaston/CB/D.A Press



Alguns parlamentares vivem no multiverso, no mundo paralelo. Brasília é um local encantador. Que se você não se der conta, você esquece a realidade de onde veio”

esse placar tão alto para essa PEC?

Eu acredito que sim. Eu não tenho propriedade para falar sobre esse ponto. Porque eu votei contra. Votei contra, até porque eu tenho muito cuidado com a minha atuação, com a destinação dos recursos. Eu não só destino, mas acompanho, fiscalizo na medida do que é possível fazer, o que está dentro da minha possibilidade de fazer.

Mas acredito que aqueles que votaram a favor, votaram — eu ouvi algumas conversas no plenário — por receio do número excessivo de decisões do Supremo Tribunal Federal, uma suposta politização do STF em sua jurisprudência, em suas decisões. Então, seria essa uma alternativa que eles viram para tentar evitar que alguma decisão lhes alcançasse e lhes prejudicasse o exercício pleno do mandato.

Quais são as possibilidades de uma anistia?

Existem, hoje, duas possibilidades de anistia. Existe aquela anistia que é o que os bolsonaristas defendem, que é uma uma anistia ampla e irrestrita e sem limites. Que é um perdão absoluto, que eu acho que é um exagero, é um estímulo à impunidade. Quem quebrou uma vitra de um órgão público como Supremo como a Câmara, como o Senado, cometeu um crime, depreciação de patrimônio público e tem que responder por isso. Quem passou um batom numa estátua também cometeu um crime de depreciação de um patrimônio público. Só que existe também uma outra proposta que essa já vem sendo mais aceita dentro da Câmara do Congresso, que seria uma proposta de revisão da pena.

Sobre a CPMI do INSS, já dá para apontar nomes de responsáveis?

Veja, o Careca do INSS tinha cerca de 22 empresas. Essas empresas têm pessoas diferentes na sociedade. Algumas delas, o seu próprio filho, o Romeu, era sócio. Pelo menos três, quatro dessas empresas são empresas que funcionavam prestando, em tese, serviços às associações. O dinheiro saía da conta do aposentado, ia para a conta da associação, que fazia os descontos sem autorização. Da conta da associação ia para a conta dessas duas dezenas de empresas, e da conta dessas empresas fazia a devolução para alguns servidores do INSS, servidores de carreira, para familiares, para políticos, compras de automóveis, pagamento de

contas para alguns políticos e tudo isso já está no inquérito da Polícia Federal. Algumas peças que precisam ser encaixadas, a CPMI está se encarregando de encaixar. Por exemplo, a operação sem desconto da Polícia Federal começou em janeiro deste ano, somente após o início da CPMI foi que o Careca, esse principal protagonista, foi preso. De uma coisa eu tenho certeza ao ler os documentos e o inquérito da Polícia Federal. A cada oitiva que nós estamos realizando, de fato, é o maior escano de corrupção da história desse país. Foi um esquema brutal que tirou de quem quase nada tem para poder maximizar, aumentar o patrimônio de pessoas já privilegiadas.

Suspeitos como o Careca do INSS e outros conseguem o direito de não falar à CPMI. Atrapalha na investigação?

Prejudica, atrasa. Eu não concordo com essas decisões do Supremo. Eu acredito que a Constituição é muito clara ao afirmar que ninguém é obrigado a constituir prova contra si. Isso é fato. É um direito fundamental constitucional, mas é nosso direito investigar, é nosso direito fiscalizar. Eu espero que o Supremo e seus ministros reflitam sobre essas decisões, porque é nosso direito convocar a testemunha, ir a testemunha, ela pode ir no máximo e ficar calada. Agora, tirar da gente essa possibilidade de investigar é prejudicar o avanço das investigações.

* Estagiário sob a supervisão de Edla Lula